



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) (1951-1953) à luz do Programa Ponto Quatro (1949) do governo Truman¹

*The Joint Brazil-United States
Economic Development Commission
(JBUSED) (1951-1953) in the light
of Truman's Point Four program (1949)*

*La Comisión Mixta Brasil-Estados
Unidos para el Desarrollo Económico
(CMBEU) (1951-1953) a la luz
del Programa Punto Cuatro (1949)
del gobierno de Truman*

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

10.21530/ci.v17n1.2022.1195

Nathalia Candido Stutz Gomes*

Resumo

Este artigo explora como a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) (1951-1953) refletiu as concepções do programa Ponto Quatro de Harry Truman (1945-1953). Com base em arquivos brasileiros e norte-americanos, demonstra-se

1 Informações sobre financiamento: *O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de financiamento 001. A pesquisa de campo nos arquivos norte-americanos foi financiada pela Truman Library Institute.*

** Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (nstutz@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9403-5532>.

Artigo submetido em 04/05/2021 e aprovado em 03/10/2021.





que o enquadramento da CMBEU no Ponto Quatro se deu por meio da coordenação das múltiplas atividades do programa no Brasil, da concepção de que investimentos privados teriam um papel fundamental no processo de desenvolvimento e das preocupações de segurança internacional dos norte-americanos na Guerra Fria. Nesse sentido, os EUA fizeram esforços para aliar os projetos de desenvolvimento da CMBEU às necessidades de acesso a materiais estratégicos brasileiros.

Palavras-chave: Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, cooperação técnica, Guerra Fria, Ponto Quatro.

Abstract

This article explores how the Joint Brazil-United States Economic Development Commission (JBUSED) (1951-1953) mirrored the conceptions of Harry Truman's Point Four program (1945-1953). Based on Brazilian and American archives, this study demonstrates that, reflecting Point Four's premises, the JBUSED coordinated the multiple activities of this program in Brazil, postulated that private investments should have a primary role on promoting development, and reflected US concerns on Cold War international security issues. Indeed, the US made efforts to align JBUSED's development projects with their need to grant access to Brazilian strategic materials.

Keywords: Joint Brazil-United States Economic Development Commission, technical cooperation, Cold War, Point Four.

Resumen

Este artículo explora cómo la Comisión Mixta Brasil-Estados Unidos para el Desarrollo Económico (CMBEU) (1951-1953) reflejó las premisas del Punto Cuatro de Truman (1945-1953). Apoyándose en archivos brasileños y estadounidenses, este trabajo demuestra el encuadramiento de la CMBEU al Punto Cuatro, no solo por la coordinación de las actividades del programa en Brasil, sino también por concepciones compartidas, favorables a la participación privada en la promoción del desarrollo y a las prioridades de seguridad internacional de los EEUU en la Guerra Fría. En ese sentido, los EEUU hicieron esfuerzos para sumar los proyectos de la CMBEU a su necesidad de acceso a materiales estratégicos brasileños.

Palabras-clave: Comisión Conjunta Brasil-Estados Unidos para el Desarrollo Económico, cooperación técnica, Guerra Fría, Punto Cuatro.





Introdução

Nos anos iniciais da Guerra Fria, o Ponto Quatro (1949) foi concebido pela administração de Harry Truman (1945-1953) como um programa de cooperação técnica internacional que, ao compartilhar conhecimentos e técnicas norte-americanas, pretendia evitar influências de ideias comunistas em países do então chamado “Terceiro Mundo”. Além de promover empreendimentos de assistência técnica bilateral, o programa previa a possibilidade de constituir comissões mistas nos países receptores. Instalada sob os auspícios dessa iniciativa, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) tinha o objetivo de elaborar estudos sobre os principais gargalos para o desenvolvimento econômico do Brasil e submeter projetos de melhorias de infraestrutura para organizações internacionais de financiamento, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco de Exportação e Importação (*Eximbank*) dos Estados Unidos. A iniciativa foi negociada e anunciada publicamente durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), sendo instalada no Rio de Janeiro na gestão de Getúlio Vargas (1951-1954). No final de 1950, quando Brasil e EUA concluíram formalmente o acordo para estabelecer a CMBEU, as autoridades norte-americanas, satisfeitas, ressaltaram que o Brasil foi o “primeiro país da América Latina (na verdade, do mundo) a concluir um acordo no âmbito do Ponto Quatro e a estabelecer uma Comissão Mista para o Desenvolvimento Econômico” (TPL 1951a).²

O Ponto Quatro foi o primeiro programa dos EUA que institucionalizou, de forma sistemática, a cooperação técnica internacional especificamente voltada aos países do “Terceiro Mundo”. Diante do aumento de tensões com a União Soviética, a ajuda externa constituiu ferramenta de contenção ao comunismo internacional da administração Truman. Modesto em termos de recursos financeiros, o Ponto Quatro foi direcionado para regiões que, na perspectiva estadunidense, estavam menos sujeitas a riscos imediatos de influências soviéticas. Nesse aspecto, a América Latina ocupava um papel secundário na política externa estadunidense. Contudo, isso não significou que os EUA negligenciaram o interesse em manter sua influência na América do Sul (Baily 1976). O anúncio do Ponto Quatro e as negociações para instalar a CMBEU foram recebidas com otimismo pela administração de Vargas. Ademais, os oficiais norte-americanos que negociaram

2 Todas as citações diretas retiradas de arquivos históricos norte-americanos encontram-se originalmente em inglês e foram traduzidas pela autora. No original, “Brazil was the first country of Latin America (indeed of the world) to conclude a Point Four general agreement and to set up a Joint Economic Development Commission”.





com os brasileiros caracterizaram a CMBEU como o “coração do Ponto Quatro no Brasil”, colocando o país como peça central na estratégia dos EUA para a região (NACP 1951a).³

A literatura sobre relações Brasil e Estados Unidos é unânime ao ressaltar a importância política da CMBEU. A Comissão é apresentada como uma iniciativa importante de reaproximação dos norte-americanos ao governo Dutra (1946-1951), que demonstrava crescente irritação com a falta de apoio financeiro dos EUA ao desenvolvimento brasileiro no pós-2ª Guerra Mundial (1939-1945) (Bandeira 2011 e 1973; Cervo e Bueno 2011; Hilton 1981; Hirst 1990 e 2013). As frustrações brasileiras tornaram-se mais evidentes quando o Brasil, tradicional aliado dos EUA, recusou-se a enviar tropas para a Guerra da Coreia (1950-1953). Especialistas de história econômica também destacam a relevância da iniciativa, afirmando que a CMBEU era crucial para a implementação do Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico da administração Vargas, elaborado pelo Ministro da Fazenda Horácio Lafer (1951-1953) (Bastos 2012; Ianni 1971; Malan 2007; Vianna 1987 e 1986).

Contudo, poucos trabalhos se aprofundaram especificamente na CMBEU. Os estudos que têm a CMBEU como objeto apresentam a iniciativa concomitantemente como um fracasso político e um sucesso técnico (Ribeiro 2012; Weis 1986). O primeiro teria se dado por conta do término da CMBEU em 1953, sem que os financiamentos para os projetos tivessem sido concretizados em sua totalidade.⁴ Isso teria contribuído para o processo do “fim das relações especiais” entre Brasil e EUA nas primeiras décadas da Guerra Fria (Hilton 1981). O sucesso técnico, por outro lado, teria resultado dos estudos setoriais, dos projetos elaborados e do seu impacto em planos de desenvolvimento em governos subsequentes, como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961) (D’Araújo 1982; Ioris 2013, 2017; Lafer 1970; Ribeiro 2012; Scaletsky 1988, Weis 1986).⁵ Finalmente, ressaltam também a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

3 No original, em inglês, o trecho completo é “*The JBUSEDCE was the heart of Point IV program with Brazil and, should it prove successful it [held] promise of marking a major step forward in not only Brazilian economic development but in our [U.S.] relations with Brazil*”.

4 Dos 41 projetos de infraestrutura elaborados pela CMBEU, 14 receberam financiamentos do BIRD ou do *Eximbank*. Os custos estimados de todos os projetos eram de US\$ 387,3 milhões e aproximadamente Cr\$ 14 bilhões em despesas locais. No entanto, o total de financiamentos recebidos foi de US\$181,9 milhões (CMBEU 1954b, 104A-105B).

5 Cabe notar que, ainda que a literatura seja unânime em afirmar que a CMBEU teve impactos no Plano de Metas, ela não explora como e quais projetos específicos foram rerepresentados por JK nas negociações com os EUA. Essa questão é analisada em Gomes (2019, 101-104).





em 1952, — ainda atuante — como desdobramento institucional da iniciativa (D’Araújo 1982; Ribeiro 2012; Scaletsky 1988; Weis 1986).

Porém, essa literatura não explorou como a iniciativa espelhou objetivos e premissas do Ponto Quatro no Brasil. Explorar esse tema é importante, pois lança luz sobre a gênese, desde a concepção da CMBEU, de um dos aspectos que contribuíram para a frustração dos brasileiros com a Comissão: a divergência de expectativas entre brasileiros e norte-americanos. Essas diferenças impactaram no resultado da iniciativa, cujos financiamentos dos projetos ficaram aquém do esperado, fortalecendo grupos no Brasil que viam com ressalvas o potencial de cooperação econômica com os EUA.

Este artigo argumenta que as premissas do Ponto Quatro se materializaram na CMBEU em dois aspectos: um prático-operacional e outro no campo das ideias. Esses pontos são desenvolvidos em quatro tópicos. O primeiro apresenta as premissas do programa Ponto Quatro de Truman. O tópico seguinte aborda o enquadramento prático e operacional da CMBEU ao Ponto Quatro e evidencia como a CMBEU centralizou e coordenou todo o esforço das atividades do Ponto Quatro no Brasil no período. O terceiro demonstra como ideias e discursos do Ponto Quatro se materializaram na CMBEU. Do ponto de vista das ideias, as premissas de “*self-help*”, uma perspectiva que enfatizava que os países receptores de ajuda deveriam propiciar um ambiente atrativo para investimentos privados (considerados cruciais no processo de desenvolvimento), e de segurança internacional da Guerra Fria materializaram-se na CMBEU. Essa é evidente nas considerações de autoridades norte-americanas, que procuravam conciliar projetos de infraestrutura da CMBEU às possibilidades de escoamento e produção de materiais estratégicos brasileiros. Finalmente, a conclusão expõe resultados da CMBEU e suas consequências para as relações Brasil-EUA.

As referências documentais deste trabalho foram coletadas em pesquisa de campo nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, no *National Archives and Records Administration* (NACP), em *College Park (MD)*, e na *Truman Presidential Library* (TPL), em *Independence (MO)*.

O programa do Ponto Quatro e suas premissas

O objetivo do Ponto Quatro era transferir *know-how* e tecnologia norte-americana por meio de cooperação técnica com países do “Terceiro Mundo” (Erb





1985; Paterson 1973; Picard e Karazsia 2015). À medida que as tensões entre Estados Unidos e União Soviética aumentavam, a política de ajuda externa dos EUA se institucionalizava, tornando-se ferramenta da estratégia de contenção do comunismo internacional. Nesse sentido, o maior engajamento financeiro dos EUA estava no Plano Marshall para reconstrução da Europa no pós-2^a Guerra Mundial, no Oriente Médio e na Ásia, áreas de embate entre as duas superpotências (Baily 1976; Loureiro 2017). O programa do Ponto Quatro era uma iniciativa modesta em termos financeiros: o Congresso dos EUA aprovou a legislação do programa em 1950, autorizando uma dotação de 34,5 milhões de dólares para a iniciativa naquele ano, dos quais apenas 5 milhões seriam direcionados para o Brasil (Paterson 1973). As apropriações para o Ponto Quatro eram insignificantes quando comparadas com os 2,25 bilhões aprovados para o Plano Marshall para o mesmo período (Paterson 1973)

Essa modéstia financeira era consequência da importância secundária da América Latina para os EUA nos anos iniciais da Guerra Fria e do alinhamento do Ponto Quatro com a premissa do “*self-help*”. Segundo essa concepção, cabia aos Estados beneficiados promover o desenvolvimento localmente (Paterson 1973; Macekura 2015). Para a administração Truman, os países receptores de ajuda deveriam atuar com protagonismo na implementação dos projetos de cooperação (TPL 1949a). Além disso, a ideia de “*self-help*” conferia centralidade para o setor privado. No caso da América Latina, apontava-se que a iniciativa privada que sanaria entraves específicos para o desenvolvimento na região (Green 1970). De fato, para o *International Development Advisory Board (IDAB)*, um grupo executivo do Legislativo norte-americano, o Ponto Quatro havia sido concebido para depender igualmente da cooperação técnica e da iniciativa privada (TPL 1952a).

De acordo com esses princípios, os avanços e as capacitações técnicas promovidas pelo programa deveriam tornar o ambiente dos países receptores de ajuda atrativo para o investimento privado internacional, que seria fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico. Um relatório divulgado em 1953 pela Divisão de Indústria e Comércio da Administração de Cooperação Técnica (a agência do Ponto Quatro nos EUA) afirmava que o “clima favorável” para atração de capital privado dos EUA nesses países incluía a necessidade de adaptação de leis e regulamentações locais nos campos de transferência de capitais e de lucros, de taxas de importações, códigos comerciais, industriais e de mineração, de leis trabalhistas, e garantia de propriedade privada (TPL 1953a).





Embora reconhecesse que a mudança efetiva dessas leis fosse difícil em um contexto de nacionalismos crescentes, destacava a importância de uma postura “simpática” e “solícita” por parte dos países receptores em relação a problemas relacionados a esses temas (TPL 1953a, *tradução nossa*).

O Ponto Quatro aliava política de ajuda externa às necessidades da segurança nacional dos EUA. A Guerra da Coreia (1950-1953) reforçou o argumento de que o programa era parte do esforço necessário na luta contra o imperialismo comunista (Paterson 1973; Picard e Karazsia 2015; Zeiler 2015). As tensões entre União Soviética e Estados Unidos, especialmente a partir desse conflito, foram cruciais para as autoridades norte-americanas nas negociações da CMBEU (Bandeira 2011; Bastos 2012; D’Araújo 1982; Haines 1989; Priest 1999; Skidmore 1967; Weis 1986). O maior interesse dos EUA em relação à América Latina nessa conjuntura se referia à garantia de fornecimento de materiais estratégicos, como manganês, areias monazíticas e minério de ferro (Bastos 2012; D’Araújo 1982; Rabe 1978).

Essas premissas tiveram impactos na CMBEU. Os documentos demonstram como a Comissão Mista refletiu premissas do Ponto Quatro, tanto do ponto de vista organizacional quanto de suas ideias. Em suma, enquanto para os EUA a Comissão Mista era uma iniciativa típica de Guerra Fria, do tipo que buscava resultados com pouco investimento financeiro, a administração de Vargas considerava a Comissão crucial no projeto de desenvolvimento do país.

CMBEU e Ponto Quatro: enquadramentos práticos e operacionais

A ligação da CMBEU ao Ponto Quatro sob o aspecto prático-operacional se refletiu em sua organização institucional, nas suas atividades cotidianas e em toda a organização da cooperação técnica internacional para o desenvolvimento entre Brasil e EUA no período. O acordo para criar a CMBEU foi finalizado por meio de troca de notas diplomáticas entre os governos brasileiro e norte-americano. O Brasil aderiu formalmente ao programa do Ponto Quatro por meio de um Acordo Geral de Cooperação Técnica (1950) com os EUA e depois firmou o acordo subsidiário que constituiu a CMBEU. A lei que estabeleceu o Ponto Quatro nos Estados Unidos, o Ato para Assistência Econômica Internacional, previa a possibilidade de criação de comissões mistas a fim de lidar com desafios específicos de desenvolvimento econômico. Após 1951, além do Brasil, os EUA





estabeleceram comissões mistas com Paraguai, Libéria e México (TPL 1951b, 63).

O objetivo primordial da CMBEU era o de elaborar projetos de infraestrutura de acordo com as exigências técnicas do BIRD e do *Eximbank*.⁶ Os projetos prioritários da CMBEU focavam em transportes (especialmente ferrovias), no reaparelhamento e ampliação de portos, no aumento da oferta e distribuição de energia elétrica, e na capacidade de armazenamento de produtos agrícolas. Os empreendimentos correspondiam a gargalos de infraestrutura no país, sendo fundamentais para o Plano de Reaparelhamento Econômico de Vargas. No setor de energia, apagões em estados como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo eram ocorrências comuns (CMBEU 1954a, 263). O sistema de transporte ferroviário também estava deteriorado e não recebia investimentos desde os anos de 1930. Ademais, grande parte da infraestrutura portuária era obsoleta e ineficiente, não atendendo às necessidades das regiões mais densamente povoadas (CMBEU 1954a, 135-137).

A CMBEU guardava uma relação financeira com o Ponto Quatro. Na Comissão Mista, 42 técnicos brasileiros e 42 norte-americanos trabalharam para elaborar projetos de infraestrutura. Era composta por uma Seção brasileira e uma norte-americana. A primeira contava com um presidente, com um Conselho, uma Secretaria-geral e um Escritório regional em São Paulo. Além do Conselho, outro grupo composto pelos Ministros da Economia, das Relações Exteriores, da Agricultura, Transportes e Obras Públicas eram responsáveis pelas diretrizes gerais. A segunda, além de ter um presidente, contratava regularmente nos EUA consultorias de empresas que atuavam nos setores-alvo da CMBEU. Os estudos e elaboração dos projetos que seriam submetidos ao *Eximbank* ou ao BIRD eram realizados por Subcomissões, também constituídas por técnicos de ambos os países e que correspondiam aos setores prioritários: Transportes Ferroviários, Transporte Sobre Água, Energia Elétrica, Agricultura, Portos, Indústria, Assistência Técnica (CPDOC-FGV 1953a). Todos os recursos para os custos de manutenção dos especialistas dos EUA provinham das dotações aprovadas para o Ponto Quatro pelo Congresso dos EUA, enquanto os custos referentes aos técnicos brasileiros eram de responsabilidade do Brasil.

Aspecto adicional do enquadramento operacional da CMBEU ao Ponto Quatro se refere a sua outra função, até então não explorada pela literatura, que era a

6 Durante as negociações para a instalação da CMBEU, o BIRD havia sinalizado que poderia fornecer 250 milhões de dólares (podendo chegar a 300 milhões) em empréstimos para projetos da CMBEU ao longo de 5 a 7 anos, enquanto o *Eximbank* limitaria sua participação a 100 milhões de dólares em empréstimos (NACP 1950a).





de centralizar, coordenar e estabelecer as prioridades para todas as iniciativas do Ponto Quatro no Brasil. O Acordo Geral de Cooperação Técnica (1950) estabelecia que Brasil e EUA deveriam coordenar todas as atividades de cooperação técnica no país. Para reforçar essa característica, o Departamento de Estado determinou que o presidente da seção norte-americana da CMBEU acumularia na Embaixada no Brasil também o cargo de representante da Administração de Cooperação Técnica (*Technical Cooperation Administration, TCA*), agência dos EUA responsável pelo Ponto Quatro (NACP 1951b e 1952a). Do lado brasileiro, essa finalidade da CMBEU foi reforçada pela Portaria de 24 de outubro de 1951 do Ministério das Relações Exteriores, que regulou as atividades da Seção brasileira. Além de formalizar as prioridades de projetos de desenvolvimento econômico no setor de infraestrutura, a Portaria estabelecia que a Comissão teria o papel de difusão e utilização eficientes da assistência técnica, além de receber e estudar pedidos de assistência técnica feitos por órgãos da União, dos Estados e dos Municípios e outras entidades (CPDOC-FGV 1953a). Ao coordenar a multiplicidade de atividades do Ponto Quatro no país, a CMBEU ficaria responsável pela consulta com instituições brasileiras interessadas em cooperação técnica com os EUA e, a partir disso, recomendaria os projetos para o governo norte-americano (CPDOC-FGV 1953b).

Essa função da CMBEU é evidente nos relatórios anuais da Seção Norte-Americana que, além de comunicar à Washington o andamento dos estudos de projetos de infraestrutura e suas perspectivas de financiamento, informava sobre todas as iniciativas de cooperação técnica no Brasil (NACP 1952b e 1952c). Em 1953, antes do término da CMBEU, as autoridades brasileiras estavam preocupadas com o vácuo que o fim da Comissão deixaria na coordenação das atividades de cooperação técnica do Ponto Quatro. Assim, assinaram com os EUA o Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais, que garantiu que os projetos de assistência técnica do Ponto Quatro não seriam interrompidos, estabelecendo um enquadramento para iniciativas futuras (CPDOC-FGV 1953c; NACP 1953a).

De fato, o Ponto Quatro havia herdado projetos de cooperação técnica bilateral já existentes e que, até então, eram desenvolvidos pelo Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), criado, em 1942, sob coordenação de Nelson Rockefeller (Erb 1985). O objetivo do IAIA era prover cooperação técnica, estimulando a solidariedade hemisférica durante a 2^a Guerra Mundial. A instituição promovia diversos projetos na América Latina, especialmente nas áreas de saúde, saneamento e habitação (Erb 1985). No contexto da implementação do Ponto Quatro, o IAIA





se tornou o escritório regional da Administração da Cooperação Técnica (TCA) nos outros países da América Latina, sendo responsável pela coordenação das atividades do Ponto Quatro. No Brasil, contudo, essa função coube à CMBEU.

Além disso, houve expansão das atividades de assistência técnica, no país, no período. Os programas de cooperação técnica do Ponto Quatro, no Brasil, eram diversos, abrangendo setores como educação rural e agrícola, escolas de produtividade industrial e de administração pública, iniciativas no setor da geologia e treinamentos de técnicos brasileiros no exterior (TPL 1953b). No setor agrícola, especialistas dos EUA passaram na Fazenda Ipanema, no Centro de Demonstração Agrícola Federal e na Universidade Federal de Viçosa; no educacional, estiveram no SENAI. Técnicos dos EUA também participaram de iniciativas de estudos para a industrialização do babaçu e para a criação do Escritório Técnico da Produtividade (estabelecido, em 1952, sob orientação do Ministério do Trabalho). Outro exemplo da atuação da CMBEU envolve o envio de pedidos para aumento da contribuição financeira dos governos brasileiro e norte-americano ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), importante programa bilateral que atuaria no país até o ano de 1990. Em 1953, estimou-se que no período de dois anos 263 especialistas brasileiros foram aos EUA para realizar estágios e treinamentos nas áreas de agricultura, administração pública, transportes, economia, entre outros (CPDOC-FGV 1953b).

Esses achados explicitam que a CMBEU, além de suas atividades primordiais de elaboração de projetos de infraestrutura para superação dos principais gargalos de desenvolvimento do país, centralizou e coordenou todas as variadas iniciativas de cooperação técnica do Brasil com os Estados Unidos. Isso evidencia a conexão da Comissão Mista com o Ponto Quatro tanto do ponto de vista financeiro quanto da operacionalização de suas atividades. O fato de a CMBEU, em contraste com outros países da América Latina, ficar responsável pela coordenação das iniciativas no âmbito do Ponto Quatro reforça que ela teve um papel central na estrutura prática e operacional da cooperação técnica com os EUA no período.

CMBEU, o Ponto Quatro e o enquadramento filosófico: as premissas do “*self help*” e da segurança internacional da Guerra Fria

Para as autoridades estadunidenses, as deficiências em infraestrutura do Brasil eram fatores que limitavam investimentos privados e o fornecimento





de materiais estratégicos para os EUA. Nesse sentido, as premissas de “*self-help*” e da segurança internacional da Guerra Fria, ideias centrais na concepção do programa do Ponto Quatro, estiveram presentes no desenrolar da CMBEU. Isso explicita que Brasil e EUA tinham expectativas divergentes em relação à iniciativa. Para os EUA, a CMBEU, na esteira do Ponto Quatro, deveria melhorar as relações bilaterais com o Brasil, levando a ganhos estratégicos com pouco investimento financeiro. Para Vargas, a iniciativa era central para seu programa de desenvolvimento, que via a CMBEU como caminho para receber financiamentos internacionais necessários para a implementação dos projetos de infraestrutura considerados fundamentais para o país.

Em consonância com a concepção de “*self-help*”, os EUA afirmavam que os países receptores seriam os responsáveis por promover um ambiente atrativo para a iniciativa privada, que teria papel central no processo de desenvolvimento desses países. Na prática, autoridades dos EUA evitavam se comprometer com promessas de que recursos seriam disponibilizados para concretização dos projetos da Comissão Mista. Durante negociações com autoridades brasileiras sobre os financiamentos para as obras de infraestrutura sugeridas pela CMBEU, um oficial estadunidense justificou que os EUA não poderiam fornecer garantias pois, segundo a oposição no Congresso norte-americano, o Ponto Quatro não deveria ser construído como promessa de que capitais seriam liberados (NACP 1950b). Embora houvesse um acordo informal entre BIRD, *Eximbank* e Departamento de Estado sobre a estimativa de financiamento em moeda estrangeira que poderia ser disponibilizado para projetos da CMBEU, a responsabilidade de implementar os conhecimentos, as técnicas, e de realizar as obras recaía sobre o Brasil. De fato, com a finalidade de arcar com custos locais dos projetos de infraestrutura da CMBEU, Vargas criou, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), capitalizado com um aumento no imposto de renda no país (Vianna 1986; 1987).

A perspectiva de que investimentos privados teriam papel central ficou evidente quando Merwin Bohan, presidente da Seção norte-americana da CMBEU e entusiasta da iniciativa, reportou à Washington em 1951 que nenhum programa na área industrial do Brasil seria necessário pois, se a CMBEU fosse bem sucedida nos campos de transportes e de energia, a iniciativa privada assumiria a parte da indústria (NACP 1951c). A participação do capital privado na execução de projetos da CMBEU é notável também sob o ponto de vista da obtenção de financiamentos. O maior empréstimo concedido para um projeto elaborado pela





CMBEU, no valor de 41,14 milhões de dólares, foi liberado pelo *Eximbank* em benefício de uma subsidiária da empresa norte-americana *American Foreign Power* no país, correspondendo a 40,2% dos financiamentos fornecidos para o setor energético brasileiro no período e a 22,7% de todos os empréstimos para projetos da CMBEU (Bastos 2012; Gomes 2019). Outro exemplo é o da *Light Company*, também subsidiária norte-americana do setor elétrico, que recebeu o primeiro empréstimo do BIRD ao Brasil, em 1949, e obteve 58% de todos os empréstimos estrangeiros direcionados ao país até 1958 (Bastos 2012). No contexto de projetos elaborados pela CMBEU, a empresa recebeu 18,790 milhões de dólares em empréstimos do BIRD (CMBEU 1954b).

Essa concepção divergia das expectativas de Vargas. O Plano Nacional de Reparcelamento Econômico previa o equilíbrio das finanças públicas e a realização de empreendimentos de infraestrutura (Vianna 1986). A CMBEU era central para esse projeto. A partir de seus trabalhos, esperava-se receber os financiamentos em moeda estrangeira para implementação das obras públicas. Para o governo Vargas, o financiamento em moeda estrangeira para os projetos nos setores de transportes e de energia era crucial para a superação da natureza restringida do processo de industrialização do Brasil (Bastos 2012).⁷ A prioridade era “remover as insuficiências de infraestrutura inibidoras do crescimento industrial” (Lessa e Fiori 1983, 193). Essa proposta incluía a participação do capital estrangeiro (D’Araújo 1982; Lessa e Fiori 1991). Nesse sentido, a CMBEU reuniu um grupo de técnicos brasileiros que defendiam que o capital estrangeiro teria um papel importante no processo de desenvolvimento do país (D’Araújo 1982; Ribeiro 2012). Na esteira do plano de reparcelamento, além da diversidade de projetos elaborados pela CMBEU, outras iniciativas da administração Vargas, como o Plano do Carvão Nacional, o Plano Nacional de Eletrificação, a criação da Eletrobrás e o fortalecimento do Fundo Rodoviário Nacional, eram fundamentais para essa proposta de superação de gargalos de infraestrutura (Lessa e Fiori 1991).

A premissa de segurança internacional do Ponto Quatro também apareceu na CMBEU, reforçando a divergência das expectativas de Brasil e EUA. Os norte-americanos procuraram aliar os projetos de infraestrutura propostos pela Comissão Mista às necessidades de garantir importação de materiais estratégicos do Brasil.

⁷ A ideia de industrialização restringida ressalta que, apesar dos avanços desde os anos de 1930, a industrialização do país era um processo incompleto, pois setores mais intensivos em tecnologias, como bens de produção, bens de capital e intermediários eram pouco desenvolvidos. Isto é, não havia recursos para que se avançasse na industrialização de forma mais completa (Tavares 1998).





Isso se materializou nas negociações para o estabelecimento da CMBEU, para a liberação de financiamentos e nas discussões sobre quais projetos seriam prioritários. Nas negociações da IV Conferência dos Ministros das Relações Exteriores, que seria realizada em Washington, D.C., em março e abril de 1951, os “EUA pretendiam persuadir a América Latina a mobilizar suas respectivas economias para o conflito coreano” (Rabe 1978, 293). Vargas, recém-eleito presidente do país, aproveitou a oportunidade para tentar garantir que seus programas de industrialização e obras públicas fossem beneficiados como contrapartida a eventuais contribuições do Brasil. Assim, apresentou 14 projetos de desenvolvimento em infraestrutura nos setores de energia, saneamento, transportes e indústrias, com os quais seu governo pretendia contar com apoio dos EUA para obter financiamentos em moeda estrangeira (NACP 1951d). A maior parte desses projetos foi incorporada às propostas da CMBEU nos anos subsequentes.⁸

Não era a primeira vez que Vargas tentava uma estratégia de barganha com os EUA em meio a uma situação de emergência internacional. No período do Estado Novo (1937-1945), Vargas negociou o apoio do Brasil aos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Naquele contexto, o sucesso da abordagem garantiu um empréstimo do *Eximbank* para estabelecer a Companhia Siderúrgica Nacional (Bastos 2012; D’Araújo 1982; Moura 1980; 2012). Contudo, no contexto de Guerra Fria, e embora a Guerra da Coreia fosse apresentada como uma situação de emergência, Vargas não obteve sucesso diante da rigidez político-ideológica da administração Truman. Embora os EUA tivessem interesse em garantir acesso aos materiais estratégicos da América Latina, a região era de importância secundária para a estratégia estadunidense no período.

A reação dos norte-americanos à proposta de Vargas foi imediata e, embora não houvesse unanimidade sobre como responder às demandas, os debates internos apontavam para a necessidade de conciliar, dentro do possível, os projetos de melhorias de infraestrutura do Brasil ao esforço de defesa estadunidense (NACP 1951e). Willard Thorp, Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Econômicos (1946-1952), evocou o relatório NSC-68, elaborado pelo Conselho

8 Entre os projetos apresentados por Vargas estavam a construção de usinas hidrelétricas no alto São Francisco (MG) e no Rio Grande do Sul, projetos de saneamento, transportes ferroviários (incluindo a eletrificação das ferrovias), urbanização no Vale do São Francisco, refinarias de petróleo, expansão da usina siderúrgica em Volta Redonda, infraestrutura para processamento e industrialização de matérias-primas (especialmente o manganês), entre outros. Os projetos refletiam os setores que seriam tratados como prioridade pela CMBEU nos anos subsequentes (NACP 1951d).





de Segurança Nacional, argumentando que a ajuda econômica deveria ter em conta os requerimentos do Brasil e das Américas como um todo, como partes de uma configuração global (NACP 1951f). Segundo o NSC-68, lançado em abril de 1950 e que se tornaria referência para a política externa de Guerra Fria dos EUA, o país deveria investir fortemente em suas capacidades militares para fazer frente ao aumento de tensões com a União Soviética. Quando a Coreia do Norte, apoiada pelos soviéticos, invadiu a Coreia do Sul no final daquele ano, o NSC-68 ganhou apoio doméstico. Quanto ao então chamado “Terceiro Mundo”, o relatório apontava que os EUA deveriam estimular a produção e exportação de materiais estratégicos nesses países (Priest 1999).

Diante disso, definiram que alguns dos projetos elencados por Vargas, como os de manutenção e expansão da infraestrutura nos setores de transportes, de energia e de produção e conservação de alimentos, eram essenciais, pois afetavam a produção de materiais estratégicos exportáveis aos EUA. Outros projetos, porém, foram avaliados como impróprios para empréstimos de governo a governo, fosse por suas características de longo-prazo, ou porque não se qualificavam como “inadiáveis” nas condições de emergência. Os projetos apresentados por Vargas que foram categoricamente considerados ‘urgentes’ pelos norte-americanos eram aqueles considerados “essenciais para a produção de defesa dos EUA” (NACP 1951g).

Ainda no contexto das negociações para estabelecer a CMBEU, a premissa de segurança internacional do Ponto Quatro também apareceu nos debates para solucionar o problema do conflito de jurisdição entre *Eximbank* e BIRD acerca do fornecimento de empréstimos. O conflito de jurisdição entre as duas instituições era global. O então recém-criado BIRD argumentava que caberia a ele fornecer empréstimos para promoção do desenvolvimento econômico e que a concorrência do *Eximbank* nessa função minaria as condicionalidades econômicas que normalmente acompanhavam os empréstimos do BIRD.⁹ No caso do Brasil, como resultado das negociações entre Departamento de Estado e o BIRD, acordou-se que o *Eximbank* limitaria sua participação nos empréstimos a projetos da CMBEU a US\$100 milhões, o que tornou o BIRD o prestador de primeira instância para projetos da Comissão. O BIRD, por sua vez, anunciou sua disposição de emprestar até US\$250 milhões, podendo chegar a US\$300

9 Para informações sobre os impactos disso na CMBEU, ver Gomes (2019, cap. 2). Sobre o histórico da atuação do BIRD, ver Kappur e Lewis (1997).





milhões, desde que a avaliação individualizada de cada projeto e das capacidades de endividamento do Brasil fossem positivas (NACP 1950d).

As autoridades estadunidenses que intermediaram essas negociações esforçaram-se para alinhar a solução às necessidades de acesso dos EUA aos materiais estratégicos brasileiros (Priest 1999). Diante dessas discussões, algumas autoridades dos EUA contrárias à proposta que limitava a atuação do *Eximbank* argumentavam que era necessário resguardar as atividades do banco no Brasil, pois alguns projetos correspondiam diretamente ao interesse nacional estadunidense e, portanto, deveriam ser financiados pelos norte-americanos, como era o caso da proposta de instalação de uma mina de manganês em Urucum, no Mato Grosso (NACP 1950c). A preocupação dos norte-americanos era garantir que os projetos considerados urgentes para o esforço de emergência decorrentes da Guerra da Coreia fossem priorizados.

Em 1951, um relatório de inteligência dos EUA sobre a América Latina reforçou que os interesses na região estavam focados no aumento da capacidade de produção de materiais estratégicos, ainda que isso acarretasse uma mudança de prioridades nos programas de industrialização desses países (NACP 1951h). Nessa linha, em 1952, a Administração para Cooperação Técnica (*TCA*), agência norte-americana responsável pelo programa do Ponto Quatro, afirmava em documento oficial que, caso ocorresse uma guerra geral com a União Soviética, haveria provável corte no fornecimento de materiais estratégicos da África, Europa e extremo Oriente e, portanto, a fim de manter sua vitalidade industrial e militar, os EUA precisariam contar com a América Latina para a importação desses insumos (TPL 1952b). Naquele período, havia receio de que o conflito na Coreia pudesse se desdobrar em uma conflagração mundial (TPL 1952b).

O documento afirmava categoricamente a necessidade de estabelecer um programa que pudesse combinar desenvolvimento do setor energético e de transportes com a capacidade de fornecimento de materiais estratégicos. Ao destacar que 70% do manganês importado pelos EUA era proveniente do Hemisfério Leste, justificava a necessidade de aumentar a produção em países não soviéticos. No período, o Brasil, além de possuir as maiores reservas de manganês do Ocidente, contava com enorme potencial de exploração na reserva de Urucum, no Mato Grosso, e no Amapá. O relatório citava também as tradicionais reservas de manganês e de minério de ferro de Minas Gerais. Para todos esses casos, a falta de transportes adequados para o escoamento era apontada como a causa do atraso no desenvolvimento desses repositórios no Brasil (TPL 1949b). O investimento





em certos projetos no setor energético também era considerado fundamental para que o Brasil pudesse arcar com seus compromissos de exploração e fornecimento de matérias-primas no contexto dos esforços de defesa interamericanos. Foi com esse argumento que Edward G. Miller, então Secretário de Estado Adjunto para as Repúblicas Latino-Americanas no Departamento de Estado, advogou pela liberação de financiamentos para projetos da CMBEU referentes à Usina de Paulo Afonso (NACP 1951i).

A diretriz da administração Truman em relação ao Brasil foi que, tendo em vista as necessidades de defesa com o aumento de tensões na Guerra Fria, os projetos da CMBEU que impactariam na capacidade de produção de energia, no aprimoramento dos sistemas de transportes (incluindo portos) e na produção de alimentos deveriam ser considerados prioridades, porque aumentariam a capacidade de produção e exportação de materiais estratégicos brasileiros para os EUA. No contexto da CMBEU, as fontes empíricas explicitam como os Estados Unidos se esforçaram para conciliar e favorecer projetos de infraestrutura com as suas necessidades estratégicas. Ainda que essas diretrizes, na prática, não tenham resultado numa correspondência exata com os financiamentos de fato realizados para projetos da CMBEU, elas demonstram como, no plano das ideias, a iniciativa se enquadrou em princípios basilares do programa Ponto Quatro.

Finalmente, ressalta-se que os motivos que dificultaram a liberação dos financiamentos para implementação dos projetos da CMBEU são diversos. O BIRD, instituição que, após avaliar cada projeto, deveria aprovar (ou não) a maior parte dos empréstimos, impôs condicionalidades de natureza macroeconômica ao Brasil (Gomes 2019). Além disso, não se deve perder de vista que, naquele período da Guerra Fria, a América Latina não era prioridade nos esforços de ajuda externa dos EUA. A partir disso, pode-se inferir que a própria modéstia dos recursos destinados ao Ponto Quatro e, conseqüentemente, à CMBEU, contribuiu para o desfecho de dependência de um terceiro ator, o BIRD, para obtenção de recursos para implementação dos empreendimentos. Contudo, o fato de a CMBEU ter sido encarada pela alta cúpula da administração Truman sob a perspectiva de segurança internacional no contexto do Ponto Quatro contribuiu para a frustração dos brasileiros, deixando evidente as expectativas divergentes das partes. A morosidade para liberação de financiamentos e as desgastantes negociações envolvidas no processo, uma vez que Vargas não concordava com as condicionalidades do BIRD, impactaram negativamente as relações de sua administração com os EUA. De fato, a frustração com a CMBEU contribuiu para





fortalecer, dentro do governo, o grupo que via com ressalvas as perspectivas de cooperação econômica com os Estados Unidos (Bastos 2012; D'Araújo 1982).

Conclusão

Nos anos iniciais da Guerra Fria, o Ponto Quatro (1949) foi concebido pela administração de Harry Truman (1945-1953) como um projeto de cooperação técnica internacional que, ao compartilhar conhecimentos e técnicas norte-americanas, pretendia evitar influências de ideias comunistas em países do “Terceiro Mundo”. Instalada sob os auspícios desse programa, a CMBEU é amplamente reconhecida pelos seus impactos técnicos na formatação de estudos e na elaboração de projetos de infraestrutura que seriam submetidos para análise do *Eximbank* e, principalmente, do BIRD. Embora os financiamentos dos projetos tenham ficado aquém do esperado, a minúcia técnica dos estudos resultou em relatórios detalhados sobre os desafios de desenvolvimento do Brasil e nos 41 projetos de infraestrutura elaborados pela CMBEU. Conceitos presentes nas análises da Comissão, como “pontos de germinação” e “pontos de estrangulamento”, que descreviam a gravidade dos gargalos de infraestrutura nos setores de transportes, energia, navegação e de armazenamento foram posteriormente incorporados no Plano de Metas de JK (1956-1961). Todos os projetos da CMBEU que não foram contemplados com empréstimos foram reapresentados pela administração JK ao governo Eisenhower (1953-1961), permanecendo na pauta das relações bilaterais entre os dois países (Gomes 2019). Além disso, o BNDE, estabelecido em 1952 e ainda atuante no país, foi um desdobramento institucional da CMBEU.

O artigo explicitou como a CMBEU espelhou as premissas do programa do Ponto Quatro. Estabelecida como “o coração do Ponto Quatro no Brasil”, a CMBEU se enquadrou nas concepções desse programa em aspectos prático-operacionais e no campo das ideias. O primeiro é evidente na organização estrutural da CMBEU, que contava com as dotações do Ponto Quatro para o financiamento da equipe norte-americana no país. Além disso, em contraste com outros países da América Latina, no Brasil, a CMBEU centralizava e coordenava todos os esforços de assistência técnica do programa Ponto Quatro no país. Assim, além de trabalhar nas atividades diretamente ligadas ao seu objetivo central de elaboração de projetos de infraestrutura, a atuação da CMBEU administrou iniciativas de assistência técnica em áreas como saúde, administração pública, educação, agricultura. No





campo das ideias, as premissas de “*self-help*” e de segurança internacional, que concebiam o Ponto Quatro, materializaram-se na CMBEU. Para as autoridades norte-americanas, a Comissão Mista replicaria a perspectiva de que caberia ao Estado receptor de ajuda implementar as melhorias e os conhecimentos para criar um ambiente atraente para o capital privado, que teria atuação importante no processo de desenvolvimento. Além disso, na conjuntura da Guerra Fria, em especial diante do conflito coreano, as considerações de *policymakers* norte-americanos sobre os projetos evidenciam como os EUA procuraram conciliá-los, especialmente no setor de transportes e de energia, com as necessidades de importação de materiais estratégicos provenientes do Brasil. Em suma, mais do que um programa de cooperação técnica bilateral de curta duração, a Comissão Mista foi um empreendimento de Guerra Fria na região.

Deve-se ressaltar que vários são os motivos para o término frustrante da CMBEU em 1953 sem que a maior parte dos financiamentos fossem disponibilizados. Entre esses elementos está a dinâmica de negociações entre Brasil, EUA e oficiais do BIRD, principal instituição financiadora da iniciativa. Além disso, não se deve perder de vista que a região era de importância secundária para os norte-americanos no período. Contudo, ao explorar o olhar norte-americano, pautado por premissas do Ponto Quatro, sobre a CMBEU, pode-se entender como as expectativas divergentes de Brasil e EUA sobre a iniciativa foram reforçadas, o que levaria a uma piora nas relações bilaterais ainda na administração de Vargas.

Referências

- Bandeira, Moniz. 1973. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bandeira, Moniz. 2011. “Capítulo 1”. In *Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Baily, Samuel L. 1976. *The United States and the Development of South America, 1945-1975*, New York/London: New Viewpoints.
- Bastos, Pedro Paulo Zahluth. 2012. “Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas”. In Pedro Paulo Zahluth Bastos e Pedro Cezar Dutra Fonseca (eds). *A Era Vargas — Desenvolvimentismo, economia e sociedade*, 361-454. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.





- Cervo, Amado e Bueno, Clodoaldo. 2011. “Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961)”. In *História da Política Exterior do Brasil*, 289-329. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CMBEU). 1954a. Relatório Geral, 1º Tomo, Rio de Janeiro.
- COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CMBEU). 1954b Relatório Geral, 2º Tomo, Rio de Janeiro.
- CPDOC-FGV. 1953a. “Relatório Atividades da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos entre 19 de julho de 1951 e 31 de dezembro de 1952”. ARC (Arquivo Roberto Campos), Rc e/ae 51.06.06. 1953.
- CPDOC-FGV. 1953b. “Sugestões para a Continuação das Atividades de Assistência Técnica do lado Brasileiro após o término da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico”. ARC. RC e/ae 51.06.06. 24 de junho 1953.
- CPDOC-FGV, 1953c. “Comentários Referentes ao Projeto de Acordo Sobre Serviços Técnicos Especiais entre os Governos Brasileiro e Americano”. ARC, RC e/ae 51.06.061953.
- D’Araújo, Maria Celina Soares. 1982. “Contradição e Coerência: Análise de Algumas Políticas Internacionais”. In *O Segundo Governo Vargas, 1951-1954: Democracia, Partidos e Crise Política*, 131-161. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Erb, Claude C. 1985. “Prelude to Point Four: The Institute of Inter-American Affairs”. *Diplomatic History*, 9, no. 3, 249-69.
- Gomes, Nathalia C. S. 2019. Mapping United States-Brazil technical cooperation in the early Cold War years: the case of the Joint Brazil-United States Economic Development Commission (1951-1953). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-14022020-111442/pt-br.php> (Acesso em: 19 de abril de 2021).
- Green, David. 1970. “The Cold War comes to Latin America.” In *Politics and Policies of the Truman Administration*, ed. B. J. Bernstein, 149-195, Chicago: Quadrangle Books.
- Haines, Gerald K. 1989. *The Americanization of Brazil: A Study of US Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954*. Wilmington, DE: Scholarly Resources Inc.
- Hilton, Stanley. 1981. “The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship”. *The Journal of American History*, 68, n. 3: 599-624.
- Hirst, Mônica. 1990. *O Pragmatismo Impossível: A Política Externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.
- Hirst, Mônica. 2013. *Understanding Brazil-United States relations: contemporary history, current complexities and prospects for the 21st century*. Brasília: FUNAG.





- Ianni, Octavio. 1971. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ioris, Rafael. 2017. *Qual Desenvolvimento? Os Debates, Sentidos e Lições da Era Desenvolvimentista*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Ioris, Rafael e Ioris, Antonio. 2013. “The Brazilian Developmentalist State in Historical Perspective: Revisiting the 1950s in Light of Today’s Challenge.” *Journal of Iberian and Latin America Research*, 19, n.1: 133-148.
- Kappur, Devesh; Lewis, John e Webb, Richard. 1997. *The World Bank — Its First Half Century*. Washington, D.C.: Brookings Institution.
- Lafer, Celso. 1970. *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek’s Target Plan — 1956-1961*. Tese (Doutorado em Filosofia) — Faculty of Graduate School of Cornell University, Nova York, 1970.
- Lessa, Carlos; Fiori, José Luis. 1991. “E Houve uma Política Econômica Nacional-Populista?”. *Ensaio FEE, Porto Alegre*, 12, n. 1: 176-197.
- Loureiro, Felipe. 2017. *Aliança para poucos? Ajuda econômica norte-americana para estados brasileiros durante o governo João Goulart (1961-1964)*. Tese (Livre Docência) — Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Macekura, Stephen. 2015. “Point Four and the crisis of U.S. Foreign aid in the 1970s”. In *Foreign Aid and the Legacy of Harry S. Truman*, ed. Raymond H. Geselbracht, Missouri: Truman State University Press.
- Malan, Pedro Sampaio. 2007. “Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)”. In *História Geral da Civilização Brasileira*, ed. Boris Fausto, 67-134, t. 3, vol. 11, São Paulo: Bertrand Brasil.
- Moura, Gerson. 1980. *Autonomia na Dependência: a Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Moura, Gerson. 2012. *Relações Exteriores do Brasil: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG.
- NACP (National Archives at College Park, a partir de agora NACP). 1950a. Memo enclosed in letter from Edward G. Miller, Assistant Secretary for Latin American Affairs, to Dean Acheson, the Secretary of State, Oct. 30, 1950; Records of the Assistant Secretary of State for Latin American Affairs (a partir de agora RASSLAA), RG 59, Subject File 1949-53 Bolívia-Brazil, Folder Brazil 1949-1950, Box 2.
- NACP. 1950b. Embtel 698, Rio to Secretary of State, Nov. 27, 1950, M1489, Roll 1, CDF 832.00/11-2750, RG 59.
- NACP. 1950c. Memorandum “Financial Aid for Development Projects in Brazil”, Oct. 19, 1950; RASSLAA, RG 59, Subject File 1949-53 Bolívia — Brazil, Folder Brazil — 1949-1950, Box 2.





- NACP. 1950d. Offmemo “Brazil — Operating Spheres of Export-Import Bank and International Bank”, Oct. 26, 1950, RASSLAA, RG 59, Subject File 1949-53 Bolívia-Brazil, Folder Brazil 1949-1950, Box 2.
- NACP. 1951a. Letter, ARA — Mr. Miller to Mr. Kuir, “Lunch for Minister Ari Torres and Dr. Valentim Bouças”, June 7, 1951, RASSLAA, RG 59, Subject File 1949-53, Bolívia-Brazil, Folder Brazil 1951, Box 2.
- NACP. 1951b. Memo Joint Brazil-United States Economic Development Commission, Oct. 9, 1951; CDF 1950-1954, Microfilmed M1849, Roll 4, 832.00-TA/10-951, RG 59.
- NACP. 1951c. Merwin Bohan (Chairman of the JBUSEDC) to Edward G Miller (Assistant Secretary of State for Latin American Affairs), July 28, 1951, RASSLAA, RG 59, Subject File 1949-53 Bolívia-Brazil, Folder Brazil, Box 2.
- NACP. 1951d. Memorandum enclosed in Embtel 915 from Rio to Secretary of State, Jan 15, 1951; M1489, Roll 1, CDF 832.00/1-1551, RG 59.
- NACP. 1951e. “Suggested Comments to be made in Mr. Miller’s Talk with President Vargas in Pursuance of Vargas” Enclosed to Office Memorandum “Brazil: Economic Cooperation suggested by President Vargas”, Jan. 15, 1951; RASSLAA, RG 59, Subject File 1949-53, Bolívia — Brazil, Box 2, Folder Brazil 1951.
- NACP. 1951f. Willard Thorp (Assistant Secretary of State for Economic Affairs) to Dean Acheson (The Secretary of State), Jan. 26, 1951; M1489, Roll 1, CDF 832.00/1-2651, RG 59.
- NACP. 1951g. ARA/E Mr. White. To ARA- Mr. Miller, “Brazil: Economic Cooperation suggested by President Vargas”, Jan 31, 1951, RASSLAA, RG 59, Subject File 1949-1953 Bolívia-Brazil, Box 2, Folder Brazil 1951; RG 59.
- NACP. 1951h. Intelligence Estimate N° 34, “Latin America’s Support of US Objectives”, Nov. 23, 1951, Department of State — Office of Intelligence Research, Miscellaneous Lot Files, 1944-59, Lot 58D528, Intelligence Bureau, Office of the Director, 1950-1959 Lot 58D528, RG 59, Folder I.E. No. 34 Latin America’s Support of U.S. Objectives, Box 64.
- NACP. 1951i. Edward G. Miller, Assistant Secretary of State for Latin American Affairs, to Willard Thorp, Assistant Secretary of State for Economic Affairs, Nov. 28, 1951; RASSLAA, RG 59, Subject File, 1949-53 Bolívia-Brazil, Folder Brazil 1951, Box 2.
- NACP. 1952a. Embdes 562, Amembassy (Rio de Janeiro) Joint Brazil-U.S. Economic Development Commission to the Department of State, Oct. 9, 1952; M1489, Roll 4; CDF 832.00 TA/10-851, RG 59.
- NACP. 1952b. Embdes 445, Amembassy to The Department of State, Point IV Budget for Brazil for Fiscal 1952, Sept. 17, 1952, M1489, Roll 3, CDF 832.00-TA/9-1751, RG 59.





- NACP. 1952c. Embdes 424, Joint Brazil-United States Economic Development Commission to The Department of State, Point IV Program. Survey of Brazil's training needs, M1489, Roll 3, CDF 832.00-TA/9-1251, RG 59.
- NACP. 1953a. Embtel 1628, Rio de Janeiro to Secretary of State, May 30, 1953; M1489, Roll 5, CDF 832.00-TA/5-3053; RG 59.
- Paterson, Thomas G. 1973. "Foreign Aid Under Wraps: The Point Four Program". *The Wisconsin Magazine of History*, 56, n. 2: 119-126.
- Picard, Louis e Karazsia, Zachary. 2015. "The Truman Administration's Foreign Aid and Legacy: From the Cold War to the War on Terrorism". In *Foreign Aid and the Legacy of Harry S. Truman*, ed. Raymond H. Geselbracht, 11-32, vol 10. Kirksville (MO): Truman State University Press.
- Priest, Tyler. 1999. "Banking on Development: Brazil in the United States's Search for Strategic Minerals, 1945-1953". *International History Review*, 21, n. 2: 297-330.
- Rabe, Stephen G. 1978. "The elusive conference: United States Economic relations with Latin America, 1945-1952." *Diplomatic History*, 2, n. 3: 279-294.
- Ribeiro, Thiago Reis. 2012. *Das Missões à Comissão: Ideologia e Projeto Desenvolvimentista nos Trabalhos da "Missão Abbink" (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951- 1953)*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1643.pdf> (Acesso em 19 de abril de 2021).
- Scaletsky, Eduardo. 1988. *Dois Projetos Para o Brasil: 1945-1954 — Uma Análise dos Projetos da Missão Abbink, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto BNDE-CEPAL*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Skidmore, Thomas E. 1967. "A New Vargas Era: 1951-1954". In *Politics in Brazil, 1930-1964 — An Experiment in Democracy*, 81-142. New York: Oxford University Press.
- Tavares, Maria da Conceição. 1998. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp.
- TPL (Truman Presidential Library, a partir de agora TPL) 1949a. Report, "Appendix C — Technical Assistance Program (Point IV): Proposed Management of Point IV Operations Within the United States Government" (Advisory Committee on Technical Assistance), Nov. 1949, Folder Point Four Program, Box 115, President's Secretary File; Truman Papers.
- TPL.1949b. Memorandum, "Notes on Minerals", Oct. 1949, Box 1, Folder Correspondence File-Numeric File I — 6000-Mining; Merwin L. Bohan Papers.
- TPL. 1951a. Letter, Herschel V. Johnson (American Ambassador to Brazil) to Charles F. Brannan (Secretary of Agriculture), Jan. 15, 1951; Box 2, Folder CORRESP. 1932-1953 "B"; Herschel V. Johnson Papers.





- TPL. 1951b. Report, “Partners in Progress: A Report to the President by the International Development Advisory Board”, March 1951, Box 183, Folder Printed Materials File: Economic Assistance — 1948-1970; Papers of John H. Ohly
- TPL. 1952a. Enclosure from Eric Johnston (Chairman of the IDAB) to President Harry S. Truman, “Policies for Point Four: Guidelines for Administration of the Act for International Development”, June 5, 1952; Folder Point Four Program, Box 115; President’s Secretary File, Truman Papers.
- TPL. 1952b. Report, “Report on the Possibilities of Expanding Production of Strategic Materials in Latin America by Improving Power and Transportation Facilities”, p. iv — xvii, Jan. 2, 1952; Confidential File, Correspondence Box 36, Folder 2; Truman Papers
- TPL. 1953a. Report, “What is Required to Create the So-Called ‘Favorable Climate’ to Attract Foreign Private Capital, Licenses, Management and Know-How”, Gov’t Service File 1953, Box 10, Folder 2 Point IV and Technical Cooperation Administration, Stanley Andrews Papers.
- TPL. 1953b. “This is Point 4 in Latin America”, C. C. Rowe (Vice-President of the Institute of Inter-American Affairs); Gov’t Service File 1953, Box 10, Folder 1 Point IV and Technical Coop.; Papers of Stanley Andrews
- Vianna, Sérgio Besserman. 1986. “As relações Brasil-EUA e a política econômica do segundo governo Vargas.”. *R. Bras. Econ.* 40. n. 3: 193-210.
- Vianna, Sérgio Besserman. 1987. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Dissertação (Mestrado em Economia) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8154> (Acesso em 19 de abril de 2021).
- Weis, Michael. 1986. “A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o Mito da ‘Relação Especial’.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, 29, n. 2: 57-82.
- Zeiler, Thomas W. 2015. “Genesis of Foreign Aid Revolution”. In *Foreign Aid the Legacy of Harry S. Truman*, ed. Raymond H. Geselbracht, 33-42, vol. 10, Kirksville, MO: Truman State University Press.

